

Travessia turbulenta

Entre a severa crise sanitária e uma crise política não menos preocupante, medidas emergenciais marcam a primeira etapa de resgate da economia brasileira

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

No diário da pandemia que o Brasil vem escrevendo desde que o coronavírus desembarcou em território nacional, o mês de abril ficou marcado por um grau de complexidade que superou largamente as expectativas. A queda na adesão às medidas de isolamento dispostas por governos estaduais e municipais, somada a deficiências na atenção aos casos mais graves, levou o país a iniciar maio com a marca de 7 mil mortos pela Covid-19. O grau de incerteza sobre a direção do país ainda foi ampliado por uma crise política imprópria para o momento, iniciada com a demissão do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, entrecortada por manifestações –

apoiadas pelo presidente Bolsonaro – em defesa de intervenção militar no país, mas que teve seu ápice com a renúncia do ministro da Justiça, Sérgio Moro, que abandonou o cargo no dia 25 de abril, justificando ingerência política do presidente na atividade de sua pasta.

O sentimento de descontrole doméstico, somado à revisão das expectativas internacionais sobre a recuperação econômica no pós-Covid-19, apontando a um caminho mais lento que o desejado, amplia a incerteza e colabora para derreter as projeções macroeconômicas. No FGV IBRE, uma revisão feita no início de maio para o PIB de 2020 restou dois pontos percentuais da atividade, saindo de uma retração de 3,4% estimada no Boletim Macro IBRE de abril para -5,4%. Uma retração na casa dos 5%, de acordo à Secretaria Especial de Fazenda do governo federal, elevará a dívida bruta do governo para 93,1%.

Parte do resultado observado pela equipe de pesquisadores foi reflexo dos indicadores e sondagens de abril calculados pelo IBRE que apontaram, entre outros, o menor nível de utilização da capacidade industrial (Nuci) desde 1980, níveis de confiança de todos os setores analisados — indústria, serviços, comércio e construção — no nível mínimo histórico, e uma maior queda do nível de expectativa dos empresários sobre os três meses à frente do que da percepção da situação atual. Em resumo, isso indica que, em meados de abril, quando as entrevistas para essas sondagens foram concluídas, tanto empresários como consumidores já davam o segundo trimestre por perdido, antes mesmo do turbilhão de acontecimentos que

ainda marcariam o mês. “Pensando no *turning point* possível, e levando em conta que vários estados ainda terão suas medidas de distanciamento social intensificadas devido à evolução dos casos, é adequado pensar que não veremos melhora significativa do nível de atividade rapidamente”, afirma Aloisio Campelo, superintendente de Estatísticas Públicas do FGV IBRE.

Luana Miranda, pesquisadora do FGV IBRE, conta que a mais recente revisão do PIB levou em conta dados de sondagens especiais que o setor de estatísticas do IBRE tem realizado durante a pandemia. Entre elas, a que colhe a percepção das empresas de quão negativamente serão afetadas pela crise sanitária. “Tomamos esse dado para estimar a queda de horas trabalhadas por setor, chegando a uma retração de 10,5%, o que explicaria os 5,4% de retração do PIB”, diz. Entre as revisões mais significativas da atividade pelo lado da oferta estão a indústria de transformação, que pelo novo cenário deve retrair 10,3%, contra -8,7% na versão anterior; construção civil, que passou de uma queda de 7,2% na estimativa de abril para 11,4%; e serviços, caindo de -2,4% para -4,4%. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias perdeu quatro pontos percentuais, com uma queda de 8%, e a retração do investimento passou de 11,8% para 14,8%.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, ressalta a preocupação, nesse cenário, com o desemprego do mercado de trabalho. Nas estimativas do IBRE, o desemprego deverá chegar a 18,7% no ano – e, apesar desse salto, ainda não refletirá toda a precarização da geração

de renda no país. “Trabalho do pesquisador Daniel Duque publicado no Boletim de abril mostra que na atual conjuntura, com empresas fechadas e auxílio financeiro para a população economicamente mais vulnerável manter-se em casa, muitos deverão deixar de procurar emprego – o que significa que a curva de evolução do desemprego pode não acompanhar a queda da população ocupada na mesma intensidade, devido à desistência temporária de parte das pessoas em buscar emprego”, ressalta.

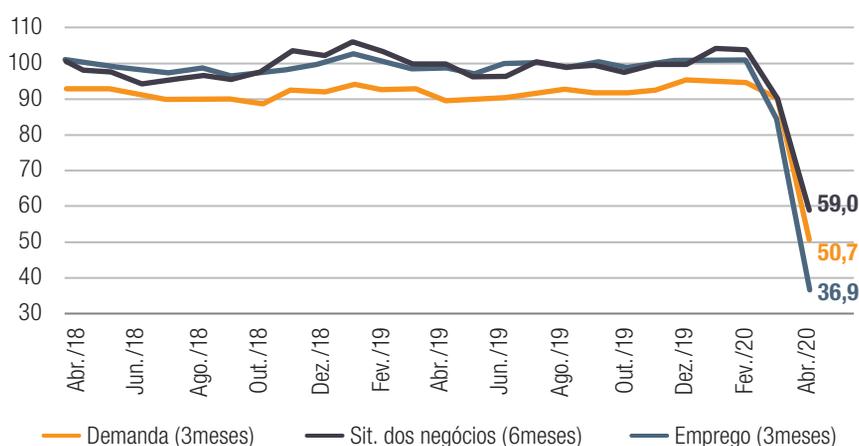
Um fator delicado para o panorama do trabalho é a queda mais expressiva do emprego no setor informal, menos afetado em crises anteriores. “Em recessões passadas, o emprego informal foi a válvula de escape para conter a queda de renda. Agora, entretanto, como o setor de serviços – que concentra muitas vagas informais – está fortemente impactado, essa dinâmica tende a não se repetir da mesma forma”, afirma. Silvia indica que a estimativa de queda real da massa salarial

ampliada este ano é de de 10,7%. O cálculo inclui a amortização provocada pelas medidas governamentais de apoio emergencial – tanto de dinheiro novo, como o *coronavoucher*, quanto a antecipação de pagamentos como o décimo terceiro de aposentados e do abono salarial – somando R\$ 258 bilhões. Sem essas ações, a retração seria de 15,4%.

Outro elemento no radar dos pesquisadores responsáveis pelas estimativas macroeconômicas é o comportamento da economia nos países mais adiantados na estabilização da curva da Covid-19. “Vemos uma recuperação da indústria chinesa, mas não do setor de serviços no mesmo ritmo, e com efeitos negativos também pela corrente de comércio, impactada pela crise sanitária. Em países como Reino Unido e Estados Unidos, vemos um recuo mais lento que o esperado. Isso aponta que cada país terá sua própria dinâmica, com alguma recuperação, mas possivelmente longe de um V, como seria ideal.” Silvia ressalta que, no caso brasileiro,

Baixa expectativa de empresários sobre futuro

Dados em pontos, com ajuste sazonal



Fonte: FGV IBRE.

agravado por problemas estruturais e a crise política, essa travessia tende a ser mais turbulenta. “Se nas próximas sondagens a percepção de empresários e consumidores sobre o futuro se mantiver em tendência de deterioração mais intensa do que a percepção sobre a situação atual, será um sinal que as pontes que estamos construindo para passar pela fase aguda dessa crise estão precárias”, afirma.

Luana lembra que, observando o comportamento dos demais países no enfrentamento da Covid-19, fica claro que o momento é de priorizar a sustentabilidade de empresas e da população mais vulnerável, com aumento da dívida pública. “Queimamos munição desnecessária no passado, o que torna esse processo muito mais doloroso pra gente. Mas precisa ser feito”, diz. “E sem ter uma perspectiva clara do formato da recuperação econômica, tudo leva a crer que as medidas que foram anunciadas até agora são apenas uma parte da resposta de política

econômica que precisaremos para resgatar o país desta crise”, acrescenta Braulio Borges, pesquisador associado do FGV IBRE.

Primeiros socorros

Tal como em outros países, ainda que em proporções e qualidade diferentes, o Brasil também ampliou seu pacote de combate aos efeitos do novo coronavírus desde o início da crise. Manoel Pires, pesquisador associado do FGV IBRE, que mantém uma atualização do avanços dessas medidas em vários países publicada no blog Observatório Fiscal do IBRE, afirma que até o fim de abril essas medidas, no caso brasileiro, avançaram mais em ações fiscais do que em políticas de crédito, o que deverá implicar maior custo fiscal para mitigar essa crise. “Aqui, as medidas decorrentes de programas governamentais, como desonerações e ampliações de despesas, ultrapassam 7% do PIB”, diz, apontando que esse percentual é superior ao de países como Estados Unidos (5,5%), Alemanha (6%) e

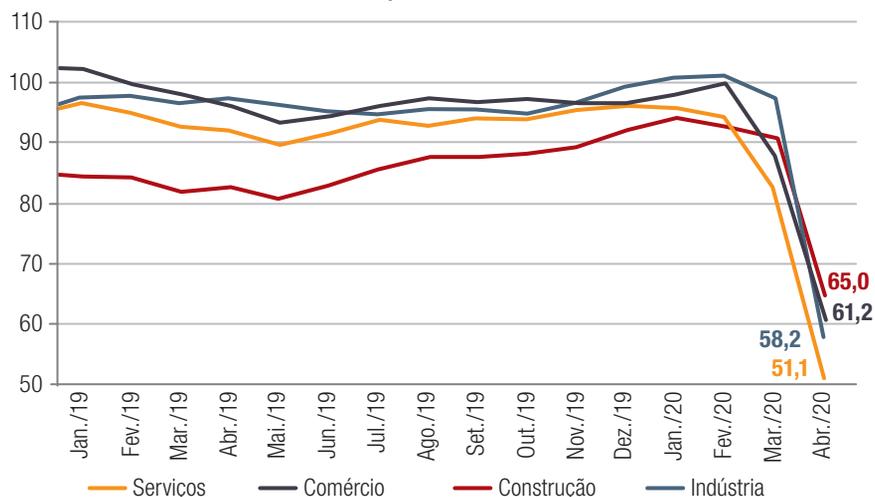
Espanha (2,7%), enquanto em crédito fiscal o país apresenta um dos menores níveis de investimento, de 2,1%, enquanto nos EUA esse percentual é de 6,1%, na Alemanha, 29,7% e, na Espanha, 10,1%.

Borges, por sua vez, analisa a posição do Brasil mencionando o Cesi (*covid economic stimulus index*), que compara o pacote de medidas de 168 países, no qual valores acima de zero representam uma adoção acima da média do conjunto. “Em abril, o índice brasileiro era 0,58, o que o coloca acima da média, ainda que longe de economias avançadas.” O pesquisador destaca, entretanto, que a falta de coordenação entre o governo federal e entes subnacionais e com o Congresso tem comprometido a agilidade, a calibragem e muitas vezes a eficiência na decisão e implementação de ações, fragilizando essa ponte por onde o país fará sua travessia pela pandemia. Por exemplo, na frente da saúde, como aponta a economista da UFMG Mônica Viegas na entrevista deste mês (ver pág. 12), a falta de coordenação centralizada na compra de insumos hospitalares provocou uma disputa entre estados, em que ganha quem tem mais recursos.

“Não à toa, o pacote de auxílio a estados e municípios é o último a sair”, ressalta lembra Borges. No fechamento desta edição, o texto aguardava sanção presidencial. “Foi um debate que começou mal, confundindo-a uma necessidade emergencial com o ajuste estrutural, quando na prática esses entes têm restrição fiscal muito mais severa que a União, pois não podem emitir dívida, nem moeda”, diz Borges. Sem a apresentação formal de um plano pelo governo federal, a iniciativa de ajuda foi impulsionada

Serviços: o setor em situação mais grave

Índices de confiança setoriais, dessazonalizados



Fonte: FGV IBRE.

pela Câmara, com a aprovação de um projeto de compensação de perdas de arrecadação de estados que previa desembolsos proporcionais à queda de recolhimento de ICMS e ISS por seis meses, criticada por ser um “cheque em branco”, para esses entes, dada a falta de horizonte de recuperação. O projeto que avançou foi apresentado pelo Senado, fixando o valor de compensação em R\$ 60 bilhões – sendo R\$ 10 bilhões para gastos com saúde –, a serem distribuídos na proporção de 60% para estados e 40% para municípios, segundo um *mix* de critérios que incluem, além da arrecadação, fatores como a população. Contando com a suspensão de dívidas com a União, o total da ajuda somará R\$ 130 bilhões, de acordo ao Ministério da Economia.

Rafael Fonteles, secretário da Fazenda do Piauí, presidente do Conselho Nacional de Secretários da Fazenda (Comsefaz), afirma que a definição de um valor fixo havia sido acatada pelos estados, bem como contrapartidas como o congelamento de salários de determinadas categorias. Mas que a redução do valor para compensação de perdas – estimada no projeto da Câmara em R\$ 84 bilhões, referentes a uma queda de arrecadação média de 30% por seis meses –; e a forma de distribuição entre estados e municípios – que, defende, deveria ser mais próxima de 70/30 –, tornará esse alívio de fôlego curto. “Da forma como está, daqui a poucos meses estaremos de volta negociando nova ajuda. Senão, será o colapso”, afirma. Ele ressalta que a demora na aprovação do plano de socorro coloca os estados, mesmo os mais equilibrados do ponto de vista fis-

cal, frente ao risco de insolvência.

De acordo a levantamento do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), relator do projeto da Câmara, o texto a ser sancionado representará uma perda de 17% e 10%, respectivamente, na arrecadação prevista para Sul e Sudeste caso prevalecesse a regra pura de compensação de ICMS, por esses estados terem mais base industrial e receberem menos receitas do fundo de participação (FPE), enquanto outros entes, mais dependentes dessa transferência, teriam mais folga para suportar o choque.

Questão de calibragem

Outro ponto de análise entre os pesquisadores é se o pacote de medidas de ajuda às empresas será eficiente na garantia de sustentação da atividade empresarial e do emprego. No caso das pequenas empresas – que representam 99% do total, 50% dos empregos e 27% do valor agregado da economia – as medidas chegaram antes do socorro aos estados, mas, na opinião dos pesquisadores do IBRE, ainda difusas e entre dúvidas sobre sua efetividade.

A primeira iniciativa foi a MP 944/2020, que criou uma linha voltada ao financiamento da folha de pagamentos – por dois meses, no limite de duas vezes o salário mínimo –, de empresas com renda bruta anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões, custeada com recursos da União (85%) e dos bancos (15%). As condições são taxas de juros de 3,75%, 36 meses para o pagamento e carência inicial de seis meses. Essa faixa de faturamento elegível, entretanto, deixava 6,6 milhões de micro e pequenas empresas desassistidas. Para cobrir tal lacuna, a Câmara entrou com o

projeto de lei 1.282/2020 – que até o fechamento desta edição aguardava sanção presidencial –, ampliando a cobertura, com uma linha para empresas com receita bruta anual até R\$ 4,8 milhões, para financiamento de folha, investimento e capital de giro. Chamada Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), tem limite de empréstimo correspondente a 30% da receita bruta da empresa em 2019, com taxa máxima de Selic mais 1,25%, carência de oito meses e 36 meses para pagamento. Tem cobertura de 85% do financiamento pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO), gerido pelo Banco do Brasil, e limite de garantia de R\$ 15,9 bilhões. Em ambos os programas, há a condicionalidade de não demissão até 60 dias após o pagamento da última parcela do contrato.

No final de abril, o Sebrae também passou a agir no braço de crédito, em parceria com a Caixa. “Desde o início da crise, 60% dos donos de

Divisão do auxílio de R\$ 30 bilhões a estados

Queda de ICMS suportada

Amapá	79%
Maranhão	39%
Pernambuco	25%
Rio Grande do Sul/Minas Gerais/Rio de Janeiro	23%
São Paulo	18%



Fonte: Deputado Pedro Paulo (DEM-RJ).

pequenos negócios tiveram pedido de crédito negado em bancos. E estamos falando de um público que representa apenas 20% do crédito do sistema financeiro nacional”, afirma Carlos Melles, presidente do Sebrae Nacional. A linha disponibiliza R\$ 12 bilhões em financiamento, garantida pelo Sebrae por meio do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). “Para isso, reinventamos o Fundo, que hoje conta com R\$ 1 bilhão. Aumentamos sua alavancagem e mexemos no *stop loss* (limite da perda da operação), para deixar o risco mais com o fundo e o banco do que com o tomador”, diz. Os valores máximos de empréstimo dessa linha vão de R\$ 12,5 mil para MEI a R\$ 125 mil para pequenas empresas, com até 12 meses de carência, prazo de pagamento de 9 a 12 meses e taxa

de juros entre 1,19% e 1,59% ao mês. “Como instituição, estaremos atentos à transparência das operações tanto de nossa linha parceira como a do Pronampe. E esperamos que o BNDES também avance na oferta de crédito, para manter a oxigenação dessas empresas”, afirma.

Para Fernando Veloso, pesquisador do FGV IBRE, a principal dificuldade nas duas primeiras linhas é quanto à disposição dos bancos em tomar parte, ainda que minoritária, do risco do crédito, sob um cenário ainda de forte incerteza quanto ao ritmo e limite da recuperação de diversos segmentos da atividade. “Ficam dúvidas se a parte do risco assumida pelo setor público será suficiente para evitar o empocamento de liquidez”, afirma. Do lado da demanda por crédito,

Manoel Pires, do FGV IBRE, resalta também a insegurança quanto à disposição das empresas em endividar-se sem clareza quanto ao cenário futuro. “Em uma linha de crédito como a do Sebrae-Caixa, os juros podem chegar a 20% ao ano, algo pesado para o nível de incerteza que há pela frente”, diz.

Para o economista Mauro Oddo, do Ipea, o momento demandaria iniciativas mais audazes. “Vivemos um momento grave. Não prestar a ajuda adequada é colocar em risco o tecido produtivo do país”, afirma. Para Oddo, os empréstimos oferecidos neste momento deveriam ter juro zero. O economista realizou um exercício sob essa base, no qual a oferta de crédito cobriria de 20% a 60% do custo das empresas de acordo ao impacto da crise sanitária em seu setor de atividade, com cenários de cobertura de dois e de cinco meses desses custos. Seriam valores, não carimbados, desde que houvesse o compromisso de manutenção do empregado nos seis meses após a crise. O universo contemplado foi o de empresas com faturamento até R\$ 480 milhões, somando cerca de 7,5 milhões. Oddo chegou a uma demanda de crédito de, respectivamente, R\$ 275 bilhões e R\$ 685 bilhões. “Quando esses valores fossem pagos, o custo para o governo ficaria em R\$ 25 bilhões, ou 0,35% do PIB, no caso de dois meses de cobertura, e R\$ 108 bilhões, ou 1,5% do PIB, no caso de cobertura de cinco meses de custos.

Manoel Pires resalta que em vários países as políticas de crédito têm sido reavaliadas, encaminhando-as para programas de transferência de renda com condicionalidades como a manutenção do número de empregados. “Nos Estados Unidos, essa li-

Reações de política fiscal na crise Covid-19 (em % do PIB)

	Programas governamentais	Crédito fiscal
EUA	5,5	6,1
Reino Unido ¹	4,5	15,1
Alemanha ²	6,0	29,7
França ³	2,0	13,1
Espanha	2,7	10,1
Austrália ⁴	10,1	1,8
Itália	1,2	33,0
Nova Zelândia	5,4	2,1
Canadá	9,1	9,0
Japão	6,8	10,2
Chile	5,3	1,4
Argentina	1,2	0,9
Brasil ⁵	7,0	2,1
Índia	0,9	ND

¹Inclui ações com suporte fiscal (fonte de recursos, subsídios ou garantias). ²Não inclui as postergações de impostos. ³Não inclui parcelamentos de serviços públicos. ⁴O RBA ofereceu um pacote de crédito de 90 bi (4,6% do PIB). ⁵As operações de crédito incluem os financiamentos para E/M.

Fonte: Observatório de Política Fiscal FGV IBRE.

nha (Paycheck Protection Program) disponibiliza US\$ 670 bilhões para empresas com mais de 500 empregados. Relatório recente da OCDE aponta outros casos, de países como França, Coreia e Alemanha, que estudam políticas similares de capitalização a fundo perdido para pequenas e médias empresas”, enumera.

Mais direcionamento

Com os sinais de que a recuperação econômica será um caminho lento, e a deterioração do mercado de trabalho deverá ser intensa, outra preocupação dos economistas é de como estender o apoio à população afetada pelos impactos econômicos da crise sanitária – beneficiários do Bolsa Família, trabalhadores informais, autônomos e microempreendedores individuais (MEIs) – para além dos três meses definidos no Auxílio Emergencial, com eficiência e equidade. Em abril, o governo revisou a liberação de recursos

para honrar os três meses de benefícios, de R\$ 98 bilhões para R\$ 123,9 bi. Até dia 30 desse mês, 50 milhões de brasileiros haviam recebido a primeira parcela, somando R\$ 35,5 milhões, e 96,98 milhões de pessoas haviam se cadastrado para recebê-lo. No fechamento desta edição, ainda era aguardada sanção do presidente para o projeto de lei 873, que amplia as categorias elegíveis ao *coronavoucher*, que deverá engordar essa conta.

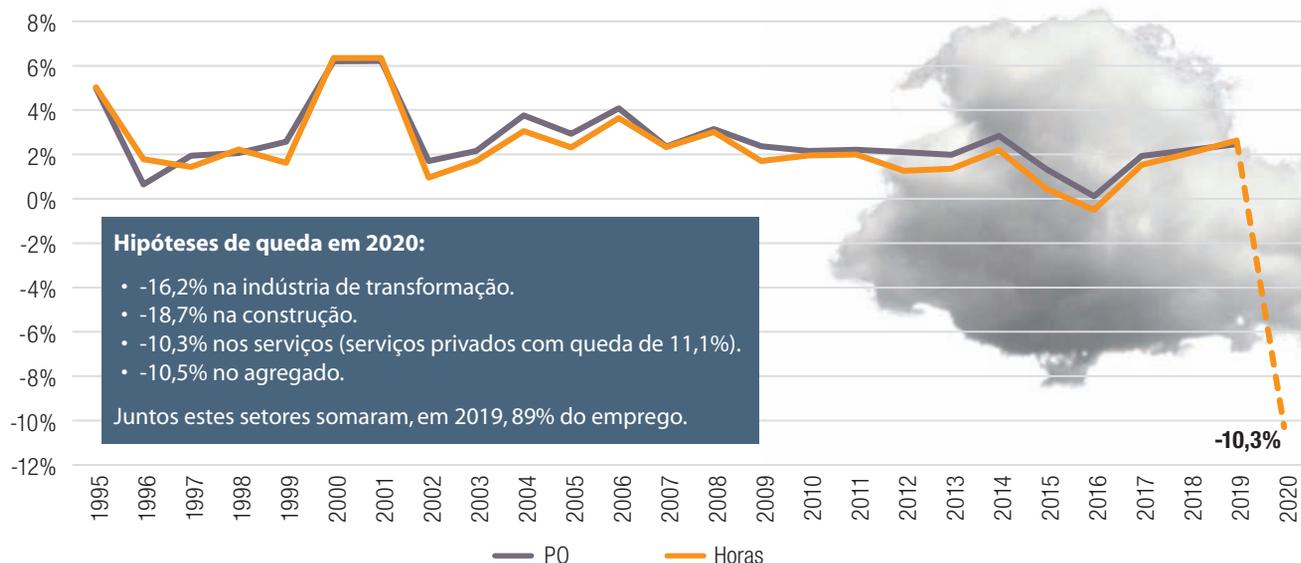
Para Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV, é importante que se comece a pensar em formas de filtrar essa política, para que, em caso de prorrogação, ela passe para uma ação similar ao Bolsa Família, de benefícios maiores aos de menor renda. “A prioridade, no primeiro momento, foi atender rapidamente. Agora, o importante é reavaliar o processo, para que se consiga manter a ajuda por mais tempo, a quem mais precisa”, afirma. Tal como apontado na Carta do IBRE desta edição (página

6), a distribuição homogênea do benefício promovida pelo auxílio gerou casos em que este mais que recompõe a perda familiar causada pelos efeitos da pandemia. Ele dá como exemplo o aumento temporário no Bolsa Família – de um benefício médio de R\$ 190 para até R\$ 1,2 mil, no caso de lares monoparentais liderados por mulheres. “No caso do Bolsa Família, vale lembrar que o benefício regular estava 18,8% depreciado em termos reais em relação a 2014, fator que colaborou, além da recessão, para o aumento da extrema pobreza nos últimos anos. Mas agora chegamos a valores que serão difíceis de sustentar”, afirma.

O economista revela receio sobre a evolução dessa política, lembrando de seu breve histórico. “Até 17 de março, a maioria das iniciativas do governo eram antecipação de recursos, como o 13º de aposentados. Em dinheiro novo, havia apenas a incorporação de pessoas no Bolsa Família. Depois, tudo se reverteu: de uma possibilidade

Crescimento anual da população ocupada e das horas

Serviços



Fonte: FGV IBRE.

de ajuda de R\$ 200 apresentada pelo governo, acabou-se em um leilão de valores no Congresso, em que o governo bateu o martelo em R\$ 600, em uma reação mais política que científica”, diz. Neri alerta que o risco de as negociações seguirem sob o mesmo espírito é o de se cair em erros passados, de transformar ações anticíclicas transitórias em permanentes, que geraram o problema fiscal com que hoje nos degladiamos. “A ampliação do critério de elegibilidade do BPC — de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo — que saiu em meio a esse pacote, mas que nada tem a ver com a pandemia, é um desses eventos de livro-texto daquilo que não se deve fazer, mas que já aconteceu”, diz. Até o final de abril, tramitavam no Congresso 59 projetos de lei referentes ao auxílio que propunham de aumento de prazo e valores a torná-lo uma renda permanente. “Quando se entra na discussão de que o auxílio emergencial seria o primeiro passo para uma renda mínima universal, arrisca-se outro erro gerado a partir de bons motivos”, afirma defendendo que qualquer extensão de benefícios assistenciais deveriam acontecer dentro do Bolsa Família, “cuja tecnologia já se mostrou efetiva”.

Velma Pinto, pesquisadora do FGV IBRE, lembra que a falta de coordenação entre os governos federal e subnacionais também abriu caminho para medidas tempestivas possivelmente ineficientes. Levantamento feito por ela indica que quase a totalidade dos estados possui iniciativas de distribuição de alimentos, e 22 contam com algum outro tipo de auxílio para empresas e famílias. Isso sem contar iniciativas municipais. “Niterói (RJ), por exemplo, tem um programa de cartão-auxílio de R\$ 500 mensais

Quase a totalidade dos estados possui iniciativas de distribuição de alimentos, e 22 contam com algum outro tipo de auxílio para empresas e famílias

para trabalhadores autônomos, com duração de três meses. É uma sobreposição de medidas que talvez não seja eficiente. Se houvesse uma maior integração de políticas, esse recurso poderia ser mais bem-aplicado na área de saúde, ou em alguma outra política assistencial”, afirma. Mauricio Prado, diretor executivo da consultoria Plano CDE, ressalta que o uso adequado de recursos escassos ganha ainda mais importância levando em conta que o contingente de pessoas afetadas pela pandemia pode não estar totalmente mapeado, podendo aumentar. “Hoje famílias de renda em torno de R\$ 2 mil a R\$ 6 mil, que abrange 50 milhões de pessoas, não estão necessariamente contempladas pelo auxílio emergencial. Pela POF, metade dessas famílias possui 100% de renda variável, e a outra metade mistura renda variável com um emprego formal”, descreve. Em um contexto em que o mercado informal também deverá registrar recuperação lenta, como aponta Silvia Matos, será preciso levar em conta uma ajuda de prazo mais longo

a esse grupo ainda pouco mapeado pelo poder público.

E como agir? Para Marcelo Neri, o primeiro passo é consertar, onde for possível, o equívoco do governo na comunicação dessas medidas. “O correto, desde o início do programa, seria valorizar a entrega desse benefício, apontando que esse esforço foi feito para que as pessoas permaneçam em suas casas”, afirma, lembrando que a atitude do presidente Bolsonaro, entretanto, foi na contramão dessa ordem. Para o planejamento de uma possível segunda etapa do *coronavoucher*, Neri aconselha, como passo inicial, o uso das informações já disponíveis no Cadastro Único — que abrange 76,4 milhões de pessoas — para reestruturar o modelo de benefício. Ele também sugere a retomada de um projeto antigo, de usar o título de eleitor como um número universal de identificação da população. “Isso permitiria a checagem biométrica, que pode ser feita remotamente, atendendo às necessidades de distanciamento da pandemia, bloqueando desvio”, explica. E, como complemento, estimular a ampliação do microcrédito (ver página 41). “A MP da carteira de trabalho verde-amarela (que caducou em abril, sem votação) chegou a incentivar esse instrumento, ainda que superdimensionando a capacidade de ampliação no curto prazo. Mas a direção é correta, pois uma coisa é a rede de proteção social, e outra é dar um trampolim para as pessoas voltarem à altura em que estavam antes.”

O princípio-chave, reforça Neri, é não aumentar gastos permanentes com segmentos não pobres. “A generosidade deve ser reconhecida. Que venha com coração mole, mas não com cabeça dura”, diz. ■

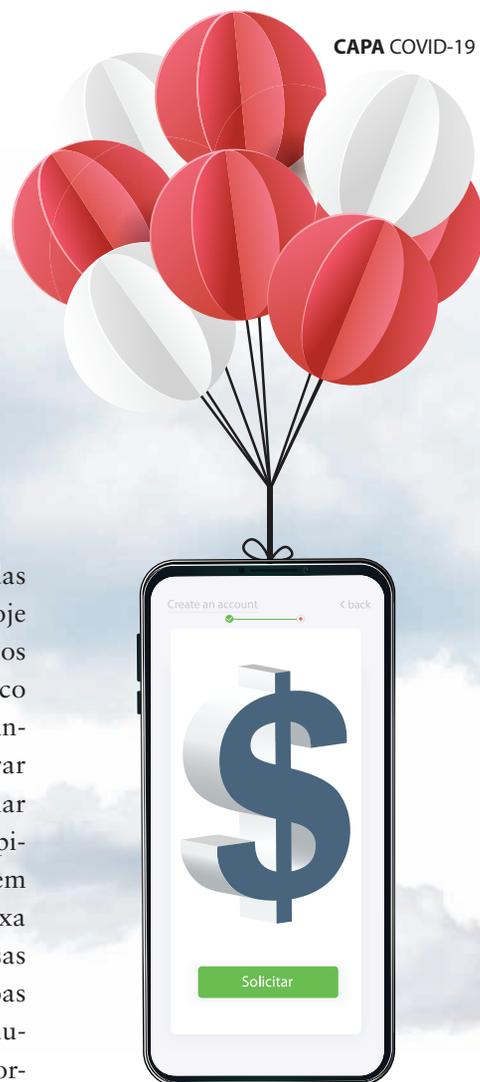
Digitalização e novas regulações devem favorecer o microcrédito

Considerado um instrumento sob medida para apoiar pequenos empreendedores formais e informais em seus negócios, o microcrédito ainda tem uma participação tímida no Brasil. Representa 0,2% do mercado de crédito, concentrado em poucos operadores e regiões, envolvendo valores baixos em relação ao teto autorizado pela legislação nacional.

Internacionalmente, as regras para microcrédito em geral estabelecem um teto de contratação em torno de US\$ 5 mil. No Brasil, no microcrédito produtivo orientado – única modalidade regulamentada – o valor máximo de endividamento permitido é bem maior: de R\$ 80 mil no sistema financeiro como um todo, sendo R\$ 21 mil por instituição de crédito, e taxa de juros máxima de 4% ao mês. Mas a realidade do mercado está longe desse limite. No Banco do Nordeste (BNB), responsável pela operação de 72% da carteira de microcrédito ativa no país com duas linhas – o Crediamigo e o Agroamigo, este último voltado à agricultura familiar –, os valores médios de contratação giram em torno de R\$ 2,7 mil, com taxa de 2,2% ao mês.

Luiz Esteves, economista-chefe do Banco do Nordeste, conta que uma das limitações para se alcançar contratos mais altos é a falta

de garantias. Na maior parte das contratações feitas no banco, hoje esta é dada pela criação de grupos solidários, formados por até cinco pessoas que tomam o crédito juntas e se responsabilizam por honrar o contrato. O modelo é trabalhar com montantes baixos e giros rápidos, com prazo de pagamento em torno de cinco a seis meses. A taxa de inadimplência verificada nessas operações é de 1,4%. “São pessoas que não têm acesso a outros produtos de crédito, em geral são informais, e sabem que se um do grupo não honrar sua parte, todos terão seu nome sujo. Então prezam por selecionar bons pagadores e cobrir a eventual necessidade de um dos membros”, afirma. No âmbito do Crediamigo, 67% dos contratantes são mulheres; 61% têm renda familiar inferior a R\$ 3 mil, e 44% são beneficiários do Bolsa Família, o que revela, afirma Esteves, a complementaridade do Crediamigo com os programas assistenciais. “E com a vantagem de não usar crédito subsidiado. No nosso caso, boa parte dos recursos vêm do uso dos 2% do compulsório recolhido ao BC que são de aplicação obrigatória no microcrédito, e que no caso de instituições que não operem essa linha, nos são repassados”, diz.



Alex Araújo, superintendente de Microfinanças e Agricultura Familiar do Banco do Nordeste, afirma que um dos motivos da baixa exploração desse instrumento pelos demais bancos é seu custo de operação que, entre outras características, envolve visitas presenciais de representantes do banco aos tomadores de crédito. “A própria regulação exige uma série de orientações – envolvendo finanças pessoais, de negócios, controle de endividamento –, e a maioria das instituições que buscaram fazer isso por meio do atendimento tradicional teve grande dificuldade”, diz. No Banco do Nordeste, essa atividade é feita por 7,5 mil agentes, em uma ação de mão dupla: de um lado, provêm educação financeira

aos tomadores de crédito; de outro, aportam informações ao banco para formar uma base de dados que cubra a brecha de referências que o sistema bancário tem sobre esses clientes.

No contexto de Selic em queda registrado nos últimos anos, os executivos do BNB afirmam que recursos para microcrédito não têm sido problema. No ano passado, as operações de Crediamigo e Agroamigo somaram R\$ 18 bilhões, com crescimento de quase 20% em relação a 2018. O maior entrave na expansão das operações – hoje concentradas no Maranhão, Piauí e Ceará – é a falta de adesão ao modelo de grupos solidários em estados de mais alta renda *per capita*, em que a demanda por crédito também se dá em valores mais altos. “Além de serem praças com uma economia mais sofisticada, em que as pessoas já tiveram outra experiência com crédito – em geral negativa, o que ressalta a importância da educação financeira –, em algumas cidades as redes sociais não são tão fortes e há mais desconfiança para se dar um aval solidário”, afirma Araújo.

Mas o executivo demonstra otimismo com o potencial de expansão gerado pelo aumento da digitalização, bem como com a modernização regulatória orquestrada pelo Banco Central. A maior adesão por acesso digital a bancos – acelerada pela demanda do aplicativo da Caixa para solicitação do auxílio emergencial de R\$ 600, ou *coronavoucher*, – abre caminho para se desenvolver uma solução mista de atendimento ao cliente de microcrédito, permitindo a redução de custos de atenção presencial ao migrar parte do treina-

Recursos para microcrédito não têm sido problema. No ano passado, as operações de Crediamigo e Agroamigo somaram R\$ 18 bi, com crescimento de quase 20% em relação a 2018

mento para o celular, abrindo mais canais de expansão territorial. No caso do BNB, dos 2,3 milhões de clientes ativos hoje, cerca de 80% possuem *smartphone*. “Parte desse grupo possui restrições de memória do celular, ou de plano de internet, o que nos obriga a buscar soluções de fácil navegação e que não ocupem muita memória”, diz.

Já no campo regulatório, Araújo ressalta o potencial que avanços como a ampliação do cadastro positivo podem gerar no aprimoramento de modelos de risco de crédito, citando o exemplo de países latino-americanos como Peru e Colômbia, que já contam com um ecossistema de serviços e produtos financeiros para os pequenos empreendedores. “No Peru, onde há três anos se trabalha com cadastro positivo e o *open banking* já funciona muito bem, o microcrédito é responsável por 20% do crédito do sistema financeiro”, ressalta. “No nosso caso, usar o cadastro positivo e trabalhar com dados não dispo-

níveis no sistema tradicional, como do comércio varejista e outros agregadores de informação, nos ajudará a reduzir a dependência dos grupos solidários e ampliar o crédito a novos públicos”, diz. Fluxo que pode colaborar inclusive para uma oferta a taxas mais competitivas, ressalta Araújo. “Hoje os clientes com renda familiar de até um salário mínimo têm grande peso em nossa carteira. Como política pública é algo bacana, pois estamos atendendo ao piso do público-alvo. Mas quando se olha para sustentabilidade da carteira, a baixa diluição de risco impõe um custo fixo alto. A médio prazo, esse perfil de valor de empréstimo baixo termina sendo limitador para reduzir taxa de juros para o cliente.”

Araújo afirma, entretanto, que esse plano de voo deverá ser ponderado, em função dos impactos da crise sanitária. “A tendência é de que haja um aumento do grupo mais vulnerável e o convívio com taxas de inadimplência mais altas – não pelo risco moral, mas pelo aumento da incerteza da renda”, diz. “Esse público merece atenção grande, especialmente os que vão entrar agora no sistema. Orientação para evitar o endividamento, redimensionar a necessidade de capital de giro são coisas que um agente de crédito faz presencialmente, mostrando que essa necessidade pode ser gerenciada de outras formas, por exemplo, com redução de estoque e contas a receber, ou renegociando com o fornecedor. Isso ainda depende de muita conversa, e é de fundamental importância, porque a experiência no sistema bancário tem impacto para toda a vida dele”, conclui. (S.M.) ■